

O ensino remoto emergencial no município de Mongaguá, SP: limites e possibilidades

Edmar Lucas Ferreira Sehnem¹

Angela Maria Martins²

Resumo: O processo de implementação de políticas públicas educacionais em esferas municipais exige reflexão sobre os inúmeros elementos que influenciam tal movimento de modo a garantir a qualidade da educação. O ano de 2020, em decorrência da pandemia de Covid-19 e consequente crise sanitária, foi acometido por fatores intervenientes de toda ordem, o que causou a necessidade iminente da implementação do ensino remoto a fim de preservar a saúde de alunos e suas famílias. As redes de ensino depararam-se com a urgência em adotar ações e estratégias que primassem por mitigar os impactos da pandemia na educação considerando seus contextos sociais, políticos e culturais conforme apontam estudos recém divulgados. Nessa direção, este artigo tem o propósito de analisar e discutir as ações e estratégias adotadas por escolas municipais na cidade de Mongaguá, localizada na baixada santista do Estado de São Paulo, a partir das orientações recebidas pelo Departamento de Educação Municipal (DEM).

Palavra-chave: Políticas Públicas Educacionais; Implementação de Políticas Públicas; Ensino Remoto

Emergency remote education in the municipality of Mongaguá, SP: limits and possibilities

Abstract: The process of public education policies implementation in a municipal sphere requires reflection about the numerous elements that influence such process to the end of granting education quality. Due to the pandemic of Covid-19 and the health crisis, year 2020 suffered from in-

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID) na área de Políticas Públicas. E-mail: lucasferreirasehnem@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação e Mestrado Profissional na Universidade Cidade de São Paulo (UNICID) e pesquisadora sênior da Fundação Carlos Chagas (FCC) na área de política e gestão da educação. E-mail: ange.martins@uol.com.br

tervening factors of all kinds, which caused the imminent need to install remote teaching to preserve the students' health and of their families. The school networks had to urgently adopt actions and strategies aiming to mitigate the impacts of the pandemic in education while taking into consideration the social, political and cultural context, according to recently published studies. In this sense, the purpose of this article is to analyze and discuss the actions and strategies adopted by municipal schools in the city of Mongaguá, located in the region of Santos, São Paulo state, based on the guidelines they received from the Department of Municipal Education (DEM).

Keywords: Educational Public Policies; Implementation of Public Policies; Remote Teaching

Este estudo é parte de uma investigação maior em andamento que tem como objetivo analisar ações e estratégias adotadas pela rede municipal de ensino do município de Mongaguá, localizado na baixada santista do estado de São Paulo, durante o período de ensino remoto emergencial no ano de 2020. O foco da análise é verificar como as escolas se organizaram para implementar atividades e dinâmicas escolares e pedagógicas de maneira remota, a fim de minimizar os impactos da pandemia ocasionada pelo Covid-19 e pela crise sanitária na educação pública municipal a partir das orientações recebidas do Departamento de Educação Municipal (DEM).

Nesse sentido, parte-se da premissa de que a dinâmica provocada em decorrência da incontável necessidade de reestruturação das atividades escolares – a partir das orientações normatizadas pelo DEM no município de Mongaguá, objeto deste estudo – engendrou desdobramentos na educação pública municipal e nos procedimentos adotados pela gestão das unidades escolares diante das dificuldades postas por condicionantes hostis que atingiram profissionais da educação, alunos e famílias. Tal cenário criou um verdadeiro campo de tensão de toda ordem entre normatizações oficiais e a rotina de trabalho de diretores escolares, pois, conforme aponta Lima (2019, p. 95): “o diretor é o burocrata que atua no nível intermediário da estrutura hierárquica burocrática. Entretanto, seu papel não é apenas de representação, mas também de conector entre os dois extremos dessa hierarquia.”

O bom desempenho da função de direção na gestão da unidade escolar e na garantia da qualidade da educação, principalmente em um momento adverso este descrito no estudo, é fundamental na implementação das normativas preconizadas pela esfera municipal ou instâncias superiores. É essencial ao diretor escolar, conforme aponta Marangoni (2020, p. 21),

olhar para o contexto econômico em que se dão os movimentos de mudança no campo da AE, podemos identificar, paralelamente, mudanças no mundo do trabalho que implicam na reorganização do trabalho escolar. Tendo em vista que a educação, está circunscrita nesse movimento, compreender os desdobramentos das mudanças político-econômicas torna-se condição essencial para entender os motivos e interesses que se relacionam as inovações na educação.

Sendo assim, é indubitável a necessidade de refletir sobre as ações e diretrizes adotadas em âmbito municipal para mitigar os efeitos nocivos da pandemia e adequar a implementação do ensino remoto emergencial na educação pública, considerando, conforme aponta Lima (2019, p. 93), que “toda política educacional tem como objetivo beneficiar o estudante [...]. Da mesma forma, toda política educacional tem como finalidade garantir a aprendizagem, ainda que a aprendizagem não seja o objeto da política”.

Fundamentação e metodologia do estudo

Neste momento de pandemia e crise sanitária houve número considerável de produções e publicações, conferências virtuais, lives e reuniões organizadas por órgãos públicos, instituições particulares, universidades e diversos centros de pesquisa para debater, refletir e analisar as numerosas repercussões mundiais causadas pela pandemia e crise sanitária durante o ano de 2020 em todos os setores.

No que diz respeito ao enfrentamento da situação no âmbito da educação no Brasil, toma-se como exemplo o estudo realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) campus Sorocaba – PPGEd-So – que elaborou um relatório abordando a questão do Covid-19 e as repercussões nas escolas da região metropolitana de Sorocaba, SP. O relatório reconhece a utilidade e atualidade de recorrer à procura de fontes documentais utilizando “exclusivamente a Internet como meio de busca”, pois

A forma como esse processo se transcorreu pode ser identificado como ativo e passivo. Ativo porque, por meio de descritores relacionados ao contexto educacional impactado pela pandemia de coronavírus, os(as) pesquisadores(as) perscrutaram redes sociais, sites de entidades que produzem conhecimento, de organizações com perfis variados e que atuam no âmbito educacional e mesmo publicações em jornais e livros disponibilizados no referido período. E passiva porque algumas pessoas do círculo de convivência da equipe de pesquisa, sabendo da execução da investigação, enviaram aos pesquisadores(as) publicações que lhes chagavam às mãos (UFSCAR, 2020, p. 8).

O “Relatório Técnico – Trabalho Docente em Tempos de Pandemia”, elaborado pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO/UFMG), sob a coordenação da professora Dra. Dalila Andrade Oliveira, é também fonte relevante que subsidia as reflexões e ponderações sobre o atual cenário provocado pela pandemia. A pesquisa realizada no mês de junho de 2020 teve a participação de professores(as) da Educação Básica das redes públicas estaduais e municipais e obteve parceria da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) na mobilização dos entrevistados e na difusão dos resultados.

Outro documento de relevância é o relatório da pesquisa implementada pela USCS (Universidade São Caetano do Sul) sob o título “Políticas e Estratégias dos Sistemas Municipais de Ensino do ABC Paulista durante a pandemia de Covid-19”. O estudo explorou as respostas declaradas ao questionário respondido entre os dias 26 de maio e 10 de junho de 2020, via plataforma digital Google Forms, por professores e ges-

tores de Educação Infantil (creches e pré-escolas), do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), incluindo as modalidades Educação de Jovens e Adultos, e Educação Especial. O estudo teve o propósito de investigar os contextos, situações e estratégias adotadas pelos municípios que integram a Região Metropolitana do Grande ABC Paulista (Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), durante o tempo de isolamento social e ensino remoto emergencial.

Destaca-se, ainda, alguns dos trabalhos e publicações como o “Remote Learning Reachability” desenvolvido pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância)³; as orientações da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em relação ao ensino à distância em decorrência do novo coronavírus⁴; as resoluções e cartilhas divulgadas pela UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação)⁵; as inúmeras matérias publicadas no sítio eletrônico da organização não governamental “Todos pela Educação”⁶; e os diversos boletins informativos da Rede de Pesquisa Solidária (USP)⁷. A pesquisa de campo deste estudo aconteceu no mês de julho de 2020 no município de Mongaguá, SP e obteve participação de 8 diretores de escolas municipais que responderam a um questionário semiestruturado e de autopreenchimento, com perguntas abertas e fechadas.

Vale ressaltar que a rede municipal em Mongaguá, SP é composta por 38 unidades de ensino e pelo mesmo número de diretores. Todavia, foram escolhidos para o estudo em pauta somente os diretores que desempenham a função mais expressiva no segmento de Ensino Fundamental I (EF I). Dessa forma, 8 diretores, e suas respectivas unidades, foram selecionados para compor a pesquisa e responder ao questionário. Tal escolha justifica-se por entendermos que o EF I (1º ao 5º ano) é o período em que a aprendizagem carece de atenção especial e, por isso, a necessidade da implementação do ensino remoto emergencial se torna um grande desafio, pois traçar ações e estratégias que envolvam crianças em processo inicial de alfabetização é, sem dúvida, desafiador.

O questionário produzido foi idealizado em quatro eixos de análise: 1) Perfil geral; 2) Orientações e ações adotadas pela rede municipal para o ensino remoto e distanciamento social; 3) Ações implementadas pela gestão de escolas municipais; e, 4) Desafios, preocupações e incertezas. As questões dos três primeiros eixos foram “fechadas”, com opções a serem assinaladas dos tipos múltipla

³ *Remote Learning Reachability* (A acessibilidade do aprendizado remoto). Disponível em: <https://uni.cf/37ZL67i> Acesso em: 09 nov. 2020.

⁴ Covid-19: UNESCO divulga 10 recomendações sobre o ensino a distância devido ao novo Coronavírus. Disponível em: <https://bit.ly/34VyPP3>. Acesso em: 09 nov. 2020.

⁵ Publicadas resoluções e cartilha que tratam da execução do PNAE durante o período de calamidade pública decorrente do novo coronavírus. Disponível em: <https://bit.ly/3n8MwRj>. Acesso em: 09 nov. 2020.

⁶ “Todos pela Educação” é uma organização da sociedade civil sem fim lucrativo, não governamental e sem ligação com partidos políticos. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em: 09 nov. 2020.

⁷ A Rede de Pesquisa Solidária é uma iniciativa de pesquisadores para aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais que procuram atuar em meio à crise da Covid-19. Disponível em: <https://redepesquisasolidaria.org/>. Acesso em: 09 nov. 2020.

escola e caixas de seleção. O quarto e último eixo foi construído com perguntas “abertas”, oportunizando aos participantes a livre expressão.

Para as análises centrais considerou-se, sobretudo, os principais obstáculos e adversidades detectados pelos diretores nesse processo de implementação do ensino remoto emergencial, as angústias e conflitos expostos por eles com o fechamento das unidades, e as possibilidades de enfrentamento no cenário pós-pandemia.

Caracterização da rede municipal de Mongaguá, SP

A cidade de Mongaguá, localizada no litoral sul do estado de São Paulo, é um dos nove municípios que integram a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS). De acordo com dados do IBGE⁸ a população estimada no ano de 2019 é de 56.702 habitantes e a população do último Censo (2010) apontou uma população total de 46.293 habitantes e densidade demográfica de 326,00 hab/km².

O Município de Mongaguá é administrado por diretorias responsáveis por gerir as pastas municipais pois não possui secretarias de governo. Hierarquicamente, a gestão atual⁹ do município é feita pelo prefeito com assessoria do chefe de gabinete (não há vice-prefeito) e as pastas municipais (educação, saúde, habitação, etc.) são compostas por departamentos e geridas por seus respectivos diretores.

O DEM é constituído uma diretora municipal de educação, uma diretora responsável pelo departamento de educação, um diretor pedagógico, oito supervisores, oito coordenadores de área, três coordenadores de projeto e diversos outros profissionais de apoio técnico, pedagógico e administrativo. É importante frisar que o DEM configura-se como Departamento de Educação Municipal, e não como uma Secretaria Municipal de Ensino (SME). Dessa maneira, deve atender e acatar às diretrizes e normatizações vindas da Diretoria de Ensino da Região de São Vicente (DERSVI) – instância superior à municipal. Assim, as diretrizes oficiais, calendário letivo, sistema de ensino, entre outros, são determinados pela Secretaria Estadual de Educação (SEE), uma vez que há ausência de autonomia municipal em muitos aspectos em decorrência da inexistência de uma SME.

A rede de ensino municipal de Mongaguá atende, atualmente, um total de 10.541 alunos. Deste total há: 912 na creche, 1367 na educação infantil, 4.320 no ensino fundamental I e 3.942 no ensino fundamental II. Quanto ao número de unidades, o município possui 38 unidades escolares, sendo 8 unidades do segmento Creche, 9 EMEIS (Escola Municipal de Ensino Infantil – pré-escola), 8 unidades de Ensino Fundamental I (1º ao 5º anos), 7 de Ensino Fundamental II (6º ao 9º anos) e 6 EMEIEFS (Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental I).

⁸ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/mongagua/panorama>. Acesso em: 16 jul. 2020.

⁹ O atual prefeito foi reeleito no pleito de 15 de novembro de 2020 para administrar o município para o próximo quadriênio (2021-2024).

Os docentes são divididos por nomenclaturas condizentes aos cargos descritos pelo Plano de Carreira do Magistério Público Municipal¹⁰ da seguinte maneira e nas respectivas quantidades: Educador de Creche – 12; Professores I – Educação Infantil – 10; Professor I – educação Básica – 94; Professor II – Educação Básica – 169; Professor III – Educação Básica – 138; e Professor Adjunto Educação Básica (temporário) – 126.

As escolas de EMEF I, EMEF II e EMEIEF são lideradas por equipes gestoras compostas por: um(a) diretor(a), um(a) vice-diretor(a) – embora haja unidades que possuem 02 (dois) vices – e um(a) coordenador(a) pedagógico(a) – porém, as EMEF's II com número elevado de alunos contam com 2 coordenadores(as). As EMEIS são ligadas à uma EMEF, salvo 3 delas que possuem administração própria com uma equipe gestora composta por diretor(a) e coordenador(a) pedagógico(a). A gestão das creches é feita por um(a) diretor(a) e coordenador(a) de creche. Em suma, as equipes gestoras responsáveis pela gestão das escolas municipais em Mongaguá nas referidas fases compõem-se por um total de 26 diretores, 25 vice-diretores e 35 coordenadores pedagógicos distribuídos entre as unidades de ensino.

Diretrizes para o enfrentamento do Covid-19 e a implementação do ensino remoto emergencial

Em 28 de abril de 2020, o Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado pelo Conselho Pleno por unanimidade, preconizou diretrizes a fim de nortear as escolas de educação básica e instituições de ensino superior durante período da pandemia. No documento, o CNE apregoa que “aqui as possibilidades de atividades pedagógicas não presenciais ganham maior espaço” (CNE, 2020, p. 12).

No Estado de São Paulo o Decreto nº 64.864 de 16 de Março de 2020 previu a interrupção gradual das aulas presenciais em toda rede a partir de 19 de março com a suspensão total em 100% em 23 de março de 2020. O município de Mongaguá legitimou as ações de enfrentamento do Covid-19 recorrendo à elaboração de decretos municipais, em conformidade às diretrizes estaduais e federais por meio dos seguintes documentos:

- Decreto Nº 7092 de 16 de Março de 2020, que “dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Covid-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências”;
- Decreto Nº 7093 de 19 de Março de 2020, que “declara situação de emergência e prevenção a saúde pública no Município de Mongaguá e dá outras providências”;
- Decreto Nº 7094 de 23 de Março de 2020, que “declara estado de calamidade pública e adoção de novas medidas restritivas e de contenção a disseminação de contágio do Covid-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências”;

¹⁰ Disponível em: <https://bit.ly/375dGqQ>. Acesso em: 09 nov. 2020.

- Decreto Nº 7099 de 30 de Março de 2020, que “dispõe sobre as medidas trabalhistas a serem adotadas pela Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências”;
- Decreto Nº 7100 de 31 de Março de 2020, que “dispõe sobre a suspensão dos contratos de prestação de serviços, e dá outras providências correlatas”;
- Decreto Nº 7104 de 03 de Abril de 2020 que, “dispõe sobre a necessidade inadiável de atendimento aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Mongaguá, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Covid-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências”;
- Decreto Nº 7114 de 15 de Abril de 2020, que “adota Medidas Adicionais aos: Decreto 7092 de 16 de Março de 2020, 7093 de 19 de Março de 2020, 7094 de 23 de Março de 2020, e dá outras providências”;
- E, por fim, o decreto Nº 7185 de 08 de Setembro de 2020, que “dispõe sobre as atividades presenciais nas escolas municipais de Mongaguá e estabelece normas excepcionais de retorno gradativo a serem adotadas pelas escolas estaduais e privadas no âmbito do Município de Mongaguá e dá outras providências”.

Todavia, por não possuir uma SME, mas sim um Departamento de Educação Municipal, o município pauta suas normativas nas diretrizes estaduais e resoluções da SEDUC-SP, por intermédio da Diretoria de Ensino da Região de São Vicente (DERSVI). Nesse sentido, não há orientação ou instrução normatizada por meio de decretos, resoluções ou legislações específicas em âmbito municipal em relação à implementação do ensino remoto emergencial, nem às tratativas didático-pedagógicas da educação mongaguana para o período de pandemia.

As diretrizes, orientações, procedimentos e ações adotadas na esfera municipal foram determinadas pelo DEM por meio de lives, reuniões virtuais promovidas pelos técnicos pedagógicos responsáveis (coordenação de área), supervisão de ensino e pela diretoria de educação, páginas virtuais criadas em redes sociais e e-mails institucionais enviados com roteiros e rotinas de trabalho que deveriam ser adotadas pelas unidades. As unidades escolares também criaram páginas e perfis virtuais na rede social Facebook com o intuito de manter contato com a comunidade escolar e com os alunos para que as informações fossem publicadas e acessíveis a todos. Foram criados também grupos no aplicativo WhatsApp com o mesmo objetivo de aproximar e otimizar a troca de informações na rede de ensino.

Tendo em vista a dificuldade em garantir o acesso virtual aos materiais e às aulas nessa modalidade, optou-se, para as escolas municipais, por não se utilizar das aulas de modo remoto transmitidas eletronicamente e/ou via internet valendo-se, oficialmente e tão somente, da entrega dos blocos de atividades elaborados pelos educadores da rede. Para isso, as escolas organizaram calendários de retirada e entrega dos blocos de atividades e foram disponibilizadas nas unidades escolares cópias impressas das atividades para que aqueles que não dispusessem de acesso aos canais virtuais ou a ferramentas eletrônicas pudessem retirar as atividades propostas e entregá-las posteriormente.

Tais blocos de atividades ficaram disponíveis no site da prefeitura municipal de Mongaguá através de links divididos por níveis de ensino. As atividades, por sua vez, foram disponibilizadas e elaboradas pelas equipes docentes das unidades escolares e revisadas pela equipe técnico-pedagógica (coordenação de área) do município. Os mesmos materiais também foram disponibilizados virtualmente nas redes sociais das unidades e enviados via e-mail aos endereços eletrônicos dos pais que os requisitaram.

Apontamentos e considerações preliminares

A análise preliminar das respostas declaradas pelos diretores revela uma grande preocupação, especialmente no que se refere ao processo de aprendizagem e à aquisição de conhecimentos mínimos por parte dos alunos em fase inicial de alfabetização. A falta de estrutura física que possibilite o acesso remoto ou virtual, como aparelhos eletrônicos, smartphones, computadores, impressoras, acessibilidade à Internet ou até mesmo a ausência de um ambiente adequado para estudo em suas residências, sobretudo para os alunos de maior vulnerabilidade, é um dos temas recorrentes das respostas e um dos maiores desafios e limitantes para a implementação do ensino remoto emergencial.

Além das preocupações com o processo de ensino-aprendizagem e com o desempenho dos alunos, os diretores declaram que enfrentaram inúmeros desafios de cunho pessoal e familiar, pois foram igualmente acometidos pelas incertezas e temores ocasionados pela doença e pelo medo de contrair o vírus temendo por suas vidas e de seus familiares o que, sem sombra de dúvida, interferiu diretamente em sua prática profissional cotidiana. Contudo, vale ressaltar que os entrevistados apontam que as decisões e orientações do DEM foram razoáveis, ponderadas e pertinentes à situação pandêmica no contexto sócio-cultural do município. Declaram, ainda, que tiveram apoio e suporte do DEM para implementar ações que minimizassem os impactos e otimizassem informações, procedimentos e condutas.

No que se refere ao possível retorno das aulas presenciais, as respostas convergem, apontando incertezas, angústias e preocupações de toda ordem: a imunização das crianças, famílias e sociedade em geral; adequação dos espaços escolares e medidas de saúde e segurança; mecanismos de adequação curricular e retomada de conteúdos. Afirmam também que não se sentem preparados para lidar com questões afetivas e emocionais dos atores escolares no retorno presencial.

Considerações finais

Os dados iniciais indicam que, embora tenha se realizado um grande esforço de adaptação e adequação ao contexto inusitado ocasionado pela pandemia, ainda há uma grande lacuna entre a efetivação das ações planejadas e o que de fato seria a garantia do direito à educação e ao processo de aprendizagem dos alunos. As ações e diretrizes adotadas pelo município para o ensino remoto emergencial e a implementação das diretrizes e orientações do DEM nas unidades escolares revelaram verdadeiro campo de tensão entre sua aplicabilidade e sua efetivação, principalmente no que se

refere aos alunos de maior vulnerabilidade, sem acesso a celulares, computadores e ferramentas para acompanhamento do ensino remoto.

Observa-se que o ensino remoto pressupõe, no mínimo, uso de tecnologias, aparelhos eletrônicos, acesso à Internet banda larga, smartphones e/ou aparelhos eletrônicos que suportem as rotinas virtuais – realidade muito distante dos segmentos que frequentam redes públicas de ensino. Os diretores de escolas, como agentes implementares de diretrizes oficiais nas unidades para a comunidade escolar, depararam-se com dificuldades de toda ordem para sua efetivação e cumprimento.

Em suma, as considerações preliminares da investigação em andamento configuram contribuições relevantes para estudos que vêm examinando, no cenário recente, desdobramentos da crise instaurada pela pandemia em redes municipais de ensino, sobretudo no que se refere a aspectos que incidem na gestão escolar e nas dificuldades e desafios para o exercício do cargo de diretores.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer Nº 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da Covid-19. Brasília, 2020.

LIMA, N. Diretores escolares: burocratas de nível de rua ou médio escalão? **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n.31, set/dez 2019, p. 84-103.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MARANGONI, R. O trabalho do diretor de escola: análise a partir de uma perspectiva histórica. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 14, n. 19, 2020.

MONGAGUÁ. **Lei Complementar nº 16, de 07 de outubro de 2011**. Dispõe sobre o Plano de Carreira a Remuneração do Magistério Público Municipal de Mongaguá, Reorganiza o Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal e dá outras providências. Mongaguá, 2011.

MONGAGUÁ. **Decreto Nº 7092, de 16 de Março de 2020**. Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Covid-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências. Mongaguá, 2020.

MONGAGUÁ. **Decreto Nº 7093, de 19 de Março de 2020**. Declara situação de emergência e prevenção a saúde pública no Município de Mongaguá e dá outras providências. Mongaguá, 2020.

MONGAGUÁ. **Decreto Nº 7094, de 23 de Março de 2020**. Declara estado de calamidade pública e adoção de novas medidas restritivas e de contenção a disseminação de contágio do Covid-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências. Mongaguá, 2020.

MONGAGUÁ. **Decreto Nº 7099, de 30 de Março de 2020**. Dispõe sobre as medidas trabalhistas a serem adotadas pela Administração Pública Municipal, direta ou indireta, para enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19), e dá outras providências. Mongaguá, 2020.

MONGAGUÁ. **Decreto Nº 7100, de 31 de Março de 2020.** Dispõe sobre a suspensão dos contratos de prestação de serviços, e dá outras providências correlatas. Mongaguá, 2020.

MONGAGUÁ. **Decreto Nº 7104, de 03 de Abril de 2020.** Dispõe sobre a necessidade inadiável de atendimento aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Mongaguá, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Covid-19 (novo Coronavírus), e dá outras providências. Mongaguá, 2020.

MONGAGUÁ. **Decreto Nº 7114, de 15 de Abril de 2020.** Adota Medidas Adicionais aos: Decreto 7092 de 16 de Março de 2020, 7093 de 19 de Março de 2020, 7094 de 23 de Março de 2020, e dá outras providências. Mongaguá, 2020.

MONGAGUÁ. **Decreto Nº 7185, de 08 de Setembro de 2020.** Dispõe sobre as atividades presenciais nas escolas municipais de Mongaguá e estabelece normas excepcionais de retorno gradativo a serem adotadas pelas escolas estaduais e privadas no âmbito do Município de Mongaguá e dá outras providências. Mongaguá, 2020.

SÃO PAULO. **Decreto nº 64.864, de 16 de Março de 2020.** Dispõe sobre a adoção de medidas adicionais, de caráter temporário e emergencial, de prevenção de contágio pelo Covid-19 (Novo Coronavírus), e dá providências correlatas. São Paulo, 2020.

UFMG. Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO/UFMG). **Relatório Técnico:** Trabalho docente em tempos de pandemia. Minas Gerais, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/38K209a>. Acesso em 30 nov. 2020.

UFSCAR. PPGEd-So - Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar campus Sorocaba. **Relatório de pesquisa:** Condições e dinâmica cotidiana e educativa na RMS (Região Metropolitana de Sorocaba/SP) durante o afastamento social provocado pelo coronavírus. Sorocaba, maio de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3n0N5wb>. Acesso em 30 nov. 2020.

USCS. **Relatório de pesquisa:** Políticas e Estratégias dos Sistemas Municipais de Ensino do ABC Paulista durante a pandemia de Covid-19. São Caetano do Sul, 2020. Disponível em: <https://tabsoft.co/3o5jhjp>. Acesso em 30 nov. 2020.